

Verba do MEC amplia vagas para o ensino integral no ABC

Amanda Lemos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou em julho, projeto de lei que institui o Programa Escola em Tempo Integral, a fim de ampliar em 1 milhão o número de matrículas na modalidade até 2024. O projeto federal prevê investimento inicial de R\$ 4 bilhões sendo que, já este ano, R\$ 2 bilhões foram repassados a Estados e municípios. No ABC, o que se sabe até o momento é que novas turmas já estão sendo preparadas para atender a demanda.

Para este feito, as cidades já apresentaram projetos, acessaram o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) para implementação do modelo e já começaram a expandir seus serviços. Ribeirão Pires, por exemplo, prevê mais 164 vagas no ensino integral, fomentadas pelo MEC (Ministério da Educação), a partir de 2024.

Apesar de não existir projetos de mais escolas na cidade, as atuais 25 unidades que atendem 2.118 alunos na modalidade, passarão por replanejamento para que haja ampliação no número de turmas. Além disso, a verba anual de R\$ 412.000,80 contemplará ensino integral também para os alunos que estão no Jardim de Infância.

Em Santo André, a Prefeitura informa que o termo de adesão do município para o Escola em Tempo Integral já existe, porém os detalhes ainda não foram definidos. Atualmente, a cidade possui atendimento em 44 creches – todas com atendimento integral (7h as 18h). Conforme demanda, a cidade ampliará o percentual de atendimento na modalidade, sendo que de 2018 até hoje, houve ampliação de 8%, passou de 37% a 45% o atendimento integral em todas as creches.

Já no ensino fundamental, a cidade possui atendimento integral em quatro Emeiefs (Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental). “Neste momento estamos em coleta de demanda (período de inscrições oficiais) e estudo de projeção para organização do atendimento referente ao ano letivo de 2024”, informa a administração.

Sem projetos

Já São Bernardo informa que 40 unidades escolares integram o programa, sendo que 13 mil estudantes são beneficiados. Questionada, a Prefeitura não informou se deve ampliar o número de escolas ou alunos em atendimento, mas disse que em razão da “robusta ampliação” da educação em tempo integral na cidade, a adesão do programa é considerada uma “medida de fortalecimento ao trabalho já em andamento”.

Desafios e perspectivas

Ao RD, o professor Paulo Sérgio Garcia, coordenador do Observatório da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) diz enxergar dificuldades claras no que se refere a implementação do ensino integral no ABC. Segundo ele, falta, principalmente, um processo instrutivo ou etapa formativa aos profissionais que lidarão com essa modalidade. “Não dá pra ampliar um atendimento em que há ausência na formação específica de professores. E o que vemos na região é isso, a formação é ausente ou confundida e ocorre junto do movimento de ensino regular”, diz.

De acordo com o professor, não há uma compreensão das prefeituras e secretarias de Educação de que nesta modalidade existem outros processos, fundamentos e princípios que precisam ser repassados. “Vemos que as propostas são variadas nesta modalidade, como: novas oficinas, convênios, clubes, e que são importantes em razão da sua particularidade e abrangência, mas como colocar isso na prática sem uma instrução?”, indaga.

Um outro ponto levantado pelo professor é a infraestrutura das escolas para atender esses alunos em tempo integral. “Muitas escolas não possuem uma infraestrutura adequada para atender esses alunos. O que se nota é que em muitas unidades, são construídos verdadeiros ‘puxadinhos’ para atender dentro dessa questão de infraestrutura”, afirma. No entendimento do professor, de modo geral, todas as cidades do ABC carecem desses mesmos elementos e inclui ainda: falta de material e equipamentos para adesão do integral.

Outra questão que chamou atenção foi o processo de avaliação entre quais escolas precisam, ou não, do ensino integral. “Sabemos que atualmente, quem mais procura o serviço são os pais que precisam trabalhar e manter o filho na escola. Mas na minha opinião, ainda não atingimos a consciência de que, assim como em outros países, a educação integral é um destaque de elementos de formação”, salienta.

O que diz a Seduc?

Em nota, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo informa que durante o primeiro semestre ampliou o diálogo com a comunidade escolar para avaliar as condições e critérios para implementação do PEI em unidades interessadas. “É fundamental destacar que a manifestação de interesse por parte das escolas não garante automaticamente a mudança para o modelo de ensino integral”, alega a Secretaria ao explicar que a conversão somente ocorrerá caso todos os outros requisitos sejam atendidos, inclusive a existência de infraestrutura adequada para acomodar os alunos já matriculados na unidade escolar.

Atualmente, o Programa de Ensino Integral (PEI) é oferecido em 44% das 5,3 mil escolas do Estado de SP, próximo a Meta 6 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação de São Paulo, que prevê universalização do programa em, no mínimo, 50% das escolas públicas. Na região do ABC, a Seduc-SP conta com 102 escolas PEIs.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3300899/verba-do-mec-amplia-vagas-para-o-ensino-integral-no-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Educação